ANTROPÓLOGOS, USINAS HIDRELÉTRICAS E "DESENVOLVIMENTALISMO" NA AMÉRICA LATINA

STEPHEN G. BAINES
Departamento de Antropologia
Universidade de Brasília

CRISTHIAN T. DA SILVA
Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas
Universidade de Brasília

Resenha de: *Integração, Usinas Hidrelétricas e Impactos Socioambientais*, organizado por Ricardo Verdum. Brasília: INESC, 2007.

Introdução

O livro *Integração, Usinas Hidrelétricas e Impactos Socioambientais* (2007), organizado por Ricardo Verdum, assessor sênior de política indígena e socioambiental do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), com apoio da Fundação Heinrich Böll, reúne vários trabalhos de pesquisadores que vêm acompanhando o impacto da implantação de grandes projetos de usinas hidrelétricas ao longo das últimas décadas. A publicação visa "[...] promover a democratização do processo decisório relativo à integração e ao desenvolvimento econômico atualmente em curso no Brasil e no território sul-americano" (:8) E também visa contribuir para "[...] geração e divulgação de informações e conhecimentos que auxiliem no processo de articulação e incidência política da sociedade civil organizada nas instâncias de decisão nacional e internacional" (:8). Nesse sentido, o livro se apresenta como o resultado:

> [...] da convergência de interesses e perspectiva de ação do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e de um conjunto de pesquisadores e estudiosos que, há mais de 20 anos, tem se preocupado em analisar processos de planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura na região do Cone Sul e em denunciar, do ponto de vista do direito e da justiça socioambiental, os efeitos perversos desses empreendimentos para as populações locais (:8).[1]

Um ponto em comum entre os autores é a experiência com a avaliação dos impactos de uma perspectiva institucional, seja como funcionários de empresas do setor elétrico, seja como contratados por organismos internacionais ou por empresas para atuarem em fases de implantação dos empreendimentos econômicos na qualidade de especialistas, consultores ou assessores. Outro ponto em comum é a auto-identificação profissional dos colaboradores do livro como "antropólogos" e sua vinculação institucional às universidades e aos centros de pesquisa, públicos e privados.

Estes traços comuns constituem nossa principal motivação para a resenha da coletânea, considerando que é a partir deles que podemos notar a permanência da identificação com a disciplina a despeito da participação destes antropólogos em grandes empreendimentos econômicos, o que configura uma nova faceta dos estilos de fazer antropologia, sobretudo, mas não exclusivamente, em países "periféricos" da disciplina (ver Cardoso de Oliveira & Ruben, 1995). Se até o presente momento a antropologia vem se caracterizando na América Latina como uma disciplina entrelaçada aos projetos de construção nacional, nota-se na presente publicação a continuidade deste traço disciplinar distintivo a partir do envolvimento de antropólogos com grandes projetos econômicos de interesse nacional.

Como é do conhecimento geral, nenhuma ciência se realiza no vácuo social, especialmente a antropologia (Ramos, 1990:454).

Sendo assim, os contextos dos quais o livro se compõe interessam por expressar espaços diversificados de atuação de antropólogos em ONGs, empresas e consultorias especializadas. Daí tornar-se necessário indagar sobre os papeis que estariam sendo atribuídos aos antropólogos e como estes estariam sendo desempenhados por eles na participação em grandes projetos e empreendimentos econômicos de infraestrutura na América Latina. quais os efeitos para a antropologia e para os grupos sociais envolvidos nestes contextos de expansão capitalista podem ser depreendidos dessa prática e consequente produção antropológica? E, finalmente, até que ponto fazer antropologia para grandes empresas pode ser reconhecido como uma prática antropológica legítima se tomarmos como critério que a perspectiva antropológica deve se situar primeiramente no horizonte cultural das populações estudadas, ao invés de ocupar-se do preenchimento das expectativas dos contratantes dos seus serviços?

Antes de apresentar comentários gerais e de avaliar os capítulos em separado à luz destas questões, faz-se necessário, para não fazer desta resenha uma conversa apenas para iniciados, ambientar o leitor no contexto inaugural dos atuais projetos de integração, usinas hidrelétricas e seus correspondentes impactos socioambientais. Também se faz necessário apresentar o atual nível de articulação do discurso "desenvolvimentista" na América Latina, em particular, sua abrangência e homogeneidade discursiva transnacional, o que designaremos pelo termo "desenvolvimentalismo".

Este termo, sem dúvida um neologismo, possui usos muito variados (como todos os neologismos) no âmbito acadêmico e administrativo, desde psicólogos que empregam a noção de "desenvolvimentalismo" para se referirem a uma série de estudos e teorias voltados para processos de aprendizagem e cognição, passando por cientistas sociais que usam o termo vinculando-o ao planejamento social de organismos multilaterais, até discursos

políticos acerca de programas governamentais e políticas públicas, como ocorreu com o "Plano Final Amazôniza Sustentável" (PAS), apresentado no final de 2007 pelo governo brasileiro, que emprega o termo "desenvolvimentalismo" como sinônimo de "desenvolvimentismo".[2] Esperamos tornar a noção mais precisa e operacional com vistas a elucidá-la como um novo modelo de governamentalidade.

Situando o "desenvolvimentalismo" como neogovernamentalidade

Ricardo Verdum elabora o capítulo inicial do livro "Obras de infraestrutura no contexto da integração sul-americana" ciente de que as obras de infraestrutura ora em curso

> [...] são, de fato, formas de produção vinculadas a um sistema econômico caracterizado pela produção e reprodução ampliada de capital, e dominado por grandes corporações empresariais e financeiras, em acelerado processo de fusão, concentração e transnacionalização (:9).

Nesses termos, para a adequada percepção da magnitude de tais empreendimentos, seria necessária uma visão "multiescalar" (Verdum:15) dos projetos de desenvolvimento, i.e., a consideração das "[...] determinações e interações entre diferentes níveis de poder político e econômico – internacional, nacional, regional e local" (idem:16). Para levar a termo esta abordagem, Verdum se volta para os "[...] esforços recentes das elites econômicas e políticas, brasileiras e sul-americanas, no sentido da ampliação, conexão e modernização das infraestruturas de transporte, energia e comunicação na região" (idem:17). Trata-se de um atalho metodológico para a descrição de um cenário bem mais complexo de grupos sociais, interesses e investimentos em jogo. Entretanto, este recorte se mostra útil para elucidar a "renovação retórica dos agentes promotores desse sistema" e, em particular, o protagonismo brasileiro nessa direção.

O primeiro capítulo escrito por Verdum é importante para delinear as raízes do atual "desenvolvimentismo" latino-americano, mas também permite pensar em um contexto estruturante mais amplo que lhe confere eficácia e organicidade. Sugerimos que este contexto mais amplo seja considerado como um discurso hegemônico capaz de atravessar diferentes contextos locais, regionais e nacionais de reprodução do capital. Na qualidade de um novo horizonte ideológico do desenvolvimentismo que se confunde com os novos estilos de governo, nós o designaremos pelo termo "desenvolvimentalismo". Será pela distinção que faremos entre "desenvolvimentismo" e "desenvolvimentalismo" que empreenderemos a leitura das demais contribuições do livro no que tange a inferir sua maior ou menor inserção nessa nova ordem ideológica hegemônica.

Gostaríamos de deixar claro que esta noção se ampara na proposta de Foucault (1995[1978]) acerca da "governamentalidade". Em sua discussão sobre a "governamentalidade", Foucault esclarece que sua preocupação se refere à análise da "questão do governo", i.e., sobre a relação entre segurança, população e governo (1995[1978]:277). É sabido que Foucault tem como objeto de reflexão a consolidação dos Estados nacionais europeus do século XVI até o final do século XVIII. Entretanto, sua interrogação a respeito do governo do Estado ou do "governo em sua forma política" (:278) nos interessa aqui precisamente por chamar a atenção para a indissociabilidade entre economia e política no horizonte dos governos:

> A palavra economia designava no século XVI uma forma de governo; no século XVIII, designará um nível de realidade, um campo de intervenção do governo através de uma série de processos complexos absolutamente capitais para nossa história. Eis portanto o que significa governar e ser governado (Foucault, 1995[1978]:282).

Os trabalhos apresentados em *Integração, Usinas Hidrelétricas e Impactos Socioambientais* ilustram, direta ou indiretamente, de forma

precisa a atualização deste "nível de realidade" no âmbito dos governos nacionais da América Latina no início do século XXI. Os planos de integração regional que trazem a reboque grandes obras e empreendimentos econômicos orientam-se de fato por este novo regime de governabilidade que, na qualidade de "arte de governar", ambiciona uma nova disposição de homens e coisas.

Segundo Foucault, o "navio" seria a metáfora empregada para a pedagogia dos governos dos homens e coisas nos séculos XVI a XIX na Europa, quer dizer, sugeria-se uma semelhança entre a atenção que é dada aos ventos, às tempestades, à carga, à nau e à tripulação para a consecução de uma travessia, e a atenção que um governo deveria prestar em relação ao clima, aos nascimentos, às mortes etc. para governar um país.

Se trouxermos a reflexão de Foucault para o cenário latino-americano do século XX em seus planos de integração regional, perguntaremos qual metáfora tem sido empregada recentemente pelos governantes da América Latina para o exercício da "arte de governar". O aparelho administrativo constituído na região após as transições democráticas aponta que uma nova disposição de homens e coisas a serem governados tem marcado os governos atuais. As noções de "desenvolvimento", "ordem" e "progresso" tornadas centrais nos regimes militares foram suplantadas por outras noções de inspiração neoliberal: "globalização", "blocos econômicos", "crescimento econômico", "desenvolvimento sustentável" etc.

Uma mudança retórica é notável aí. Observamos que não se trata mais de conquistar politicamente o território e ordená-lo com vistas ao bem-estar da população e dos próprios governantes (territorialização da soberania – própria das monarquias territoriais europeias do período analisado por Foucault), mas de expandir modelos de gestão econômica com vistas a assegurar as condições de reprodução ampliada do capital (transnacionalização das

soberanias – o que é próprio dos planos de integração regional que vimos se estabelecerem no século XX e em escala global).

Neste contexto de expansão e reprodução ampliada do capital, o “desenvolvimentismo” como ideologia de construção nacional não se presta mais como modelo de governamentalidade para os governos latino-americanos. O “desenvolvimentismo” seria uma concepção limitada porque “nacionalista” na gestão da população e do território. O que se observa a partir dos trabalhos de *Integração, Usinas Hidrelétricas e Impactos Socioambientais* é uma ampliação do “desenvolvimentismo” a partir de uma articulação em um nível mais estruturante de poder intervencionista, posto que ele se transformou em um programa compartilhado por diferentes governos. Isto que pode ser designado de “desenvolvimentalismo”, sob o qual são passíveis de serem concertados (sobretudo ideologicamente) governos nacionais de múltiplas orientações políticas, sejam de “esquerda” ou de “direita”.

Em tal concertação neoliberal de governos, a metáfora de governança não seria e nem poderia mais ser o “navio”. O que emerge como metáfora e paradigma do desenvolvimentalismo como neogovernamentalidade é a “usina hidrelétrica”.

A lição que tal metáfora ensina aos governantes sobre como governar não se refere mais à questão da população e do território; estes perdem o estatuto de “fins” do governo ao serem convertidos em “problemas” e “obstáculos” do desenvolvimento, o único fim concebido pela nova razão de Estado. A questão da neogovernamentalidade refere-se à geração e à comercialização de “energias” como meios para o desenvolvimento, entendidos como uma finalidade em si. Ou seja, não se trata mais da gestão de populações e territórios, mas da geração ilimitada de megawatts/hora a certo custo. A metáfora do comando dos navios em travessias marítimas é substituída pela edificação de grandes projetos transnacionais em locais e regiões distantes dos centros de decisão política e econômica.

Verdum nos auxilia a notar esta mudança de regime de discurso e obtenção de riqueza por parte dos Estados e seus governos ao relatar brevemente a "história oficial da Integração das Infraestruturas Regionais Sul-Americanas (IIRSA)". Em seu relato, para o "problema da fragmentação da infra-estrutura física instalada na região", apontado em uma reunião com 12 presidentes da América Latina, foi sugerida uma estratégia de trabalho conjunto que culminou, por sua vez, em dezembro de 2004, em Cuzco (Peru), numa "carteira de investimento formada por 31 projetos de grande escala – conhecidos desde então como projetos âncora" (Verdum:18).

> Considerados estratégicos para o período 2006/2010, esses projetos foram na ocasião orçados em 6,4 bilhões de dólares americanos. Também foi estabelecido como prioridade o aprofundamento da convergência entre o Mercosul, a Comunidade Andina (CAN) e o Chile, visando à construção de uma "zona de livre comércio" regional mais ampla (idem:18).

A partir desta "carteira de investimento", outras reuniões ocorreram e nelas a pauta "energética" foi se tornando prioritária e unissonante. O protagonismo brasileiro nesse processo foi destacado por Verdum, em particular quando busca examinar a "pré-história" dos planos de integração das infraestruturas regionais, o que lhe permitiu observar que

> De fato, o conceito moderno que embasa a ideia de construir um sistema integrado de logística visando tornar a economia da região sul-americana mais competitiva no cenário internacional – e atraente para investimentos privados – remonta ao início dos anos 1990, com a formulação da estratégia de integração brasileira baseada na ideia de Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID) (idem: 20).

Estes eixos cumpririam três objetivos na "estratégia brasileira de integração geoeconômica":

> [...] (i) a construção de um sistema integrado de logística que garanta a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional; (ii) a incorporação de novas áreas do país à dinâmica do comércio global; e (iii) a criação das condições para a consolidação da hegemonia política e econômica do Brasil na América do Sul (idem:21).

"Logística", "comércio global" e "hegemonia política e econômica" são os pilares do desenvolvimentalismo contemporâneo. O que a noção de "desenvolvimentalismo" – que apresentamos nesta resenha para melhor compreensão das contribuições do livro – visa depreender destes objetivos é que no âmbito dos grandes empreendimentos econômicos e de infra-estrutura na América Latina não estamos lidando com uma governamentalidade do "bem-estar" da nação sobre um território delimitado e finito, mas da implementação de um sistema de exploração econômica que assegure a manutenção de Estados particulares como aparelhos de sustentação dos próprios governos através da articulação de múltiplos territórios e populações, o que somente é tornado possível a partir do financiamento do capital transnacional. A "nação" é paulatinamente excluída da equação e, como veremos, outros segmentos constitutivos da nação, como grupos étnicos, populações locais e ecossistemas inteiros, também o serão.

O "breve mapeio" apresentado por Verdum torna este argumento mais eloquente:

> Além dos governos dos 12 países sul-americanos integrados na articulação intergovernamental, hoje denominada UNASUL, estão envolvidos diretamente na formulação e na implementação da IIRSA velhos e novos conhecidos dos setores financeiro e empresarial: o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporação Andina de

> Fomento (CAF), o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Rio da Prata (FONPLATA), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) do Brasil e empresas brasileiras de grande porte, como a Odebrecht, a Petrobras, a Andrade Gutiérrez, a Queiroz Galvão, entre outras, para citar aquelas que nos são mais conhecidas no Brasil e na região de um modo geral. Também executam obras de integração na região a Companhia Vale do Rio Doce, a General Electric (GE) e a América Latina Logística (ALL) (idem:22).

Não aparecem no mapeamento, porque excluídos previamente do horizonte desenvolvimentalista como interlocutores legítimos, os representantes de movimentos sociais, as lideranças locais, as entidades de classe, os povos indígenas, as populações tradicionais, os quilombolas, os órgãos ambientalistas, as organizações não-governamentais etc. Esta ausência, aliás, é reproduzida ao longo do livro e, se ficamos sem saber exatamente como pensam os grupos excluídos do desenvolvimentalismo, ao menos aprendemos com os capítulos do livro a reconhecer como as empresas e os governos praticam essa neogovernamentalidade como uma política de exclusão e desconsideração.

O capítulo elaborado por Juan Carlos Radovich (antropólogo, Universidad de Buenos Aires e pesquisador do CONICET) e Alejandro Balajote (antropólogo, Universidad de Buenos Aires e Universidad Nacional de Lujan) – "Efeitos socioambientais resultantes da produção hidroenergética na região Comahue" – traça a história da Hidronor na Argentina ao longo de 32 anos e o processo de privatização das hidrelétricas no norte da Patagônia, em que o Estado colocou importantes projetos no mercado para beneficiar grandes empresas. Este capítulo reforça assim as informações apresentadas por Verdum a partir do desenvolvimentismo brasileiro, e contribui com sua análise para a consolidação da noção que propomos de "desenvolvimentalismo", principalmente ao reconhecer,

a partir do caso da Hidronor da Argentina, que "O Estado deixava de ser um espaço de conflito para se vincular e servir claramente aos interesses dos setores hegemônicos" (:100).

A noção de "desenvolvimentalismo" nos permite elucidar, portanto, de que forma se constitui uma nova "governamentalidade" em meio a tal heterogeneidade de governantes, instituições e empresas que, à luz deste termo, revela uma inusitada homogeneidade ideológica na forma de se subordinar aos setores hegemônicos do capital transnacional. De fato, novos desafios se impõem aos antropólogos neste novo horizonte ideológico (pós-imperialista?),[3] e refletir sobre os papeis que têm sido conferidos aos antropólogos num contexto de consolidação de direitos coletivos e socioambientais em âmbito nacional e internacional é o que passamos a apresentar, dando continuidade à resenha do livro.

Antropólogos, usinas hidrelétricas e a mitigação dos impactos do desenvolvimento

Talvez em razão das experiências particulares dos autores o livro apresente um viés a respeito da "região do Cone Sul" (:8), apesar de vários deles se referirem às regiões amazônicas e Nordeste do Brasil. Na região Norte do Brasil são conhecidos casos mundialmente emblemáticos de implementação de usinas hidrelétricas com efeitos prejudiciais para as populações locais e o ambiente. Destacamos os casos de Balbina, Tucuruí e Sobradinho, onde está sendo projetada a UHE Belo Monte, relançada com um novo nome e algumas modificações,[4] cujas consequências serão devastadoras para os povos indígenas a serem atingidos no vale do rio Xingu e em todos os seus afluentes. Ainda mais se as barragens complementares para controlar o fluxo das águas da rede hídrica do rio Xingu forem posteriormente construídas para maximizar o funcionamento da UHE Belo Monte. Entretanto, o livro não aborda questões cruciais como esta e direciona maior atenção às hidrelétricas do sul do Brasil e da Argentina,

omitindo assim assuntos prioritários em qualquer avaliação dos impactos socioambientais de usinas hidrelétricas em nível continental. Apenas o capítulo de Ricardo Verdum, "Obras de infra-estrutura no contexto de integração sul-americana", chama mais a atenção para as grandes UHEs na Amazônia (:14; 2325; 29-30).

Em seu capítulo "Hidrelétricas e suas consequências socioambientais", Sílvio Coelho dos Santos (antropólogo, pesquisador sênior do CNPq e professor emérito da UFSC) declara sua crença na inevitabilidade das UHEs: "A realidade socioeconômica do país, por sua vez, não pode ser compreendida sem a existência de um eficaz sistema de produção e de distribuição de energia elétrica" (:51). Em seguida afirma: "Necessário, pois, se ter clareza que os projetos hidrelétricos, que tanto têm permitido a expansão econômica da sociedade como um todo, também têm faces sombrias que necessitam permanente atenção e monitoramento" (:53). E, finalmente, num desabafo de nacionalismo, Santos coloca: "*Impossível, pois, pensar o país sem a existência* dessa base material que é a energia elétrica, indispensável para a concretização dos mais diferentes projetos econômicos, sociais ou culturais [...]" (:53).

Será, então, uma fatalidade a implantação indiscriminada de UHEs em terras indígenas como vem acontecendo ao longo das últimas quatro décadas, restando apenas o "monitoramento" das suas "faces sombrias"?

O artigo de Santos limita-se a apontar os impactos nocivos das UHEs, porém as naturaliza como se fossem inevitáveis. Essa inevitabilidade do "desenvolvimento" contamina igualmente sua redefinição do "desenvolvimento" como "mudança": "Mudança em favor de toda a sociedade ou, pelo menos, de parte dela" (:42). O restante do artigo é dedicado, sob esta orientação, a elencar os empreendimentos em curso e a recapitular o histórico desastroso de tais mudanças que beneficiaram uma parte mínima da sociedade.

Santos comenta a guinada socioambiental ocorrida nos anos 80 do século XX e didaticamente aponta como empresas estatais e privadas do setor elétrico se viram obrigadas a se adequar a uma nova legislação de preservação ambiental e de direitos socioculturais. As ciências sociais, em particular a antropologia, desempenharam um papel importante na tradução desta legislação em conceitos aplicáveis pelos agentes do setor elétrico, em especial, para o verniz de "responsabilidade social e ambiental" que precisavam ostentar perante a sociedade e os órgãos de fiscalização a fim de levarem a termo seus projetos e aproveitamento hidrelétrico. Como assinala Santos:

> Conceitos novos acabaram sendo aceitos pelo setor elétrico, pois a dicotomia [impactos] diretos/indiretos não dava conta dos diferentes problemas sociais e ambientais. As noções de "áreas de influência", de "usos múltiplos", de "inserção regional" e de "monitoramento" foram incorporadas aos EIA e Rima. Vários estudos foram encomendados pela Eletrobrás às universidades do país, objetivando o aprofundamento do conhecimento sobre situações específicas. No caso das populações indígenas afetadas por projetos hidrelétricos, o Instituto de Pesquisas Antropológicas do Rio de Janeiro (IPARJ) realizou uma série de estudos de caso, introduzindo o conceito de impacto global. [...] Mais recentemente foi elaborado o conceito de externalidade (:47-48, itálicos no original).

O "desenvolvimentalismo" contemporâneo encerra, portanto, um dilema. Por um lado, a "inevitabilidade" da adesão a um sistema de produção de energia transnacional que beneficia "partes da sociedade"; de outro lado, a "inevitabilidade" de adequar-se a uma legislação internacional protetora de direitos socioambientais de populações locais não beneficiadas pelos empreendimentos. Pela argumentação de Santos, é no seio deste dilema que se infere a principal

contribuição a ser dada pelos antropólogos: a de mitigação conceitual do desenvolvimento. Mitigação conceitual que ajuste os termos e as tensões destas perspectivas irreconciliáveis, subordinando teoricamente as populações e seus territórios ao sistema global de geração e comercialização de energia. Em suas palavras:

> Não se trata só de desafios de engenharia, nem tampouco do domínio de novas tecnologias. cada projeto tem sempre sua especificidade. Mas em comum todos apresentam problemas de intervenção na natureza e na vida das populações locais ribeirinhas. Tais constatações são hoje reconhecidas internacionalmente, e necessitam ser cada vez mais internalizadas por todos quantos têm participação nos processos de tomada de decisão referente à implantação de novos empreendimentos. Não basta se pensarem os projetos hidrelétricos como de interesse da melhoria da qualidade de vida da maioria da população do país, de um estado ou de uma região. É preciso assegurar àqueles que são prejudicados por tais projetos, devido à desapropriação de suas propriedades, por seu reassentamento forçado, por perda de empregos e de relações de vizinhança, entre outros efeitos negativos, que tenham efetiva oportunidade de reconstituir suas condições de vida, em termos socioculturais e econômicos. O mesmo vale para as questões ambientais, que têm tido normalmente um tratamento superficial e não plenamente satisfatório. A precariedade conceitual e empírica dos EIA e dos Rima são reais (:52).

Como se vê, os tratados de governabilidade continuam a ser redigidos e, neste contexto, redigidos por antropólogos. Porém, estes tratados não visam à condução de navios, mas sim à redenção dos empreendimentos pela reconstituição das condições de vida dos "atingidos".

O artigo de Mirian Regina Nuti (antropóloga, assessora da Superintendência de Meio Ambiente da Empresa de Pesquisas

Energéticas), "Análise das estimativas de população atingida por projetos hidrelétricos", está repleto do jargão do setor elétrico, como "remanejamento", "contingentes populacionais deslocados", "diretrizes para o remanejamento de grupos populacionais" (:58). Estes termos nos oferecem uma instrutiva ilustração de como antropólogos contratados por empresas do setor elétrico podem trabalhar retoricamente em prol da mitigação teórica dos impactos do desenvolvimento. Por exemplo, a autora reduz a questão do "remanejamento populacional" a números (:61-63), numa lógica estatística. Menciona a UHE Tucuruí, mas não menciona a UHE Balbina, talvez em decorrência do fato de que a produção de energia elétrica da UHE Tucuruí pode ser usada para justificar a sua construção, o que não é o caso da UHE Balbina.

Segundo informações publicadas em reportagem do jornal *O Estado de São Paulo* (domingo, 25/11/2007), no caso de Balbina: "As águas do lago imenso (2,6 mil quilômetros quadrados) produzem hoje apenas de 120 MW a 130 MW de energia; é a unidade de geração mais ineficiente entre as 113 hidrelétricas do país. Já "[...] a usina de Tucuruí, no Pará, também alagou uma grande área; lá, o lago ocupa 2,4 mil km^2, mas a água represada do rio Tocantins tem força para tocar uma usina de 4.245 MW, 17 vezes superior à Balbina".[5]

O Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica 2007/2016 não separa os impactos sociais da análise socioambiental (:73), desviando a atenção dos impactos sociais. Os dados apresentados neste artigo chamam a atenção para a importância da Amazônia em qualquer avaliação de impactos socioambientais de usinas hidrelétricas.

Apesar de o local da UHE Belo Monte no rio Xingu aparecer na figura 5 (:80), a autora não menciona este projeto gigantesco. As tabelas na página 87 apresentam as "influências diretas e indiretas", dicotomia usada no passado para tentar diminuir a

responsabilidade das empresas, atualmente superada, pois se comprova que os impactos ditos "indiretos" são frequentemente tão nocivos para as populações atingidas quanto os chamados "diretos". As informações prestadas, entretanto, visam esclarecer a maior adesão das empresas a uma modalidade de tratamento dos "impactos" causados pelo empreendimento. Nuti ressalta numa rápida análise que

> [...] a forma mais utilizada no período [1992 e 2002] foi a indenização. Esta forma de tratamento era, na orientação setorial, inicialmente recomendada primordialmente para grandes proprietários e para famílias com capacidade de recomposição do quadro de vida, segundo os padrões do mercado (II PDMA, 1992) (:67).

Com esta preocupação, observa-se a atuação analítica dos antropólogos e dos cientistas sociais acerca das "mitigações":

> Na verdade, existe a ideia [por parte dos empreendedores] de que o tratamento indenizatório é mais rápido, com menos custos e responsabilidades na gestão do processo, o que levaria à sua maior utilização por parte dos agentes privados. Esta e outras possibilidades de explicação precisam ser validadas. Registra-se, contudo, que sem o acompanhamento posterior da situação e o monitoramento pós-mudança das famílias indenizadas será difícil afirmar que os resultados alcançados, nas diferentes modalidades de remanejamento, atendem aos objetivos de recomposição e melhoria do quadro de vida da população em foco (:68).

Ao antropólogo caberia, portanto, a produção de "indicadores" eficazes de "reparação" visando aos "atingidos", de forma que adequasse a lógica de mercado praticada pelos empreendedores aos termos dos grupos e das famílias afetados pelo empreendimento. Ou seja, "impactos sociais" devem ser traduzidos para as empresas

de modo que estas sejam capazes de equacionar o problema da destruição das condições de vida de populações locais. Este trabalho de tradução pode ser observado em um quadro fornecido por Nuti, o qual dispõe, entre outras informações, o número de postos de trabalho criados por Megawatt (ver quadro 1, "Indicadores Sociais": 75). Mais um índice de subordinação da esfera "social" à lógica "energética".

O artigo de Leopoldo Bartolomé (antropólogo, Universidad Nacional de Misiones), "Empresas privadas, consequências públicas. O caso da represa de Cana Brava (Brasil)", além de estar repleto de imprecisões, sobretudo quanto às populações da região (:119, 122),[6] é um depoimento apresentado na qualidade de membro da Comissão de Investigação criada pelo BID (:119, nota 6) com a finalidade de servir como "Mecanismo Independente de Investigação (MII)". Seu relatório, apresentado em julho de 2005, ofereceu argumentos que mostraram que o empreendimento "estava longe" de ser satisfatório para a população local ou para o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) (:124). O MAB acusou o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) de suprimir o relatório do MII. conforme o autor, "o BId alegou a 'confidencialidade' para não publicar o relatório em sua totalidade" (:124).

Sendo assim, não estamos diante de um texto originado da atuação de um antropólogo em uma empresa do setor elétrico, ao contrário, trata-se da percepção de um antropólogo situado em um nível mais alto de avaliação e controle dos empreendimentos econômicos, justamente aquele responsável pelo financiamento destes. O antropólogo não é responsável neste nível de atuação por fazer a tradução mitigadora dos termos legais para o jargão técnico-capitalista dos empreendedores, mas supostamente é encarregado de uma avaliação independente dos "impactos" ocorridos no "marco dos deslocamentos populacionais associados à realização de grandes empresas hidroelétricas" (:112).

O autor reconhece a posição desconfortável ocupada pelo antropólogo ao destacar que: "[...] a existência desse mecanismo não é particularmente apreciada pelos funcionários do banco e, apesar de financiar seu funcionamento, o fazem a contragosto" (:119).

A despeito do necessário distanciamento crítico que antropólogos são levados a adotar diante das deliberações dos empreendedores e dos financiadores, sobressaem do tipo de atuação antropológica nesses papeis aspectos inusitados das variadas estratégias de grupos, instituições e profissionais para a realização de seus interesses, independente da análise antropológica apresentada; em particular, a habilidade dos empreendedores de contornarem situações tornadas desfavoráveis diante da pressão dos segmentos organizados dos "atingidos" em face de seus empreendimentos. No caso em questão, por exemplo, lê-se que

> [...] a Tractebel [empresa controlada pela empresa internacional Suez, e que recebeu a concessão da obra de aproveitamento hidrelétrico de Canabrava] decidiu adotar uma ação drástica: devolveu o empréstimo do BID antes de seu vencimento. Assim fazendo, retirou do BID qualquer possibilidade de continuar a intervir, com algum resultado (:125).

Em suas conclusões, por outro lado, Bartolomé exercita sua autonomia, elencando didaticamente algumas características dos processos movidos por movimentos sociais contra empresas privadas. Ele destaca dentre as características que "As ações da empresa evidenciam uma estrita adesão à chamada 'racionalidade econômica'" (:126). Cabe, por conseguinte, indagar: De que maneira pode o antropólogo superar esta adesão estrita à racionalidade econômica de modo a acessar e a articular etnograficamente os múltiplos pontos de vista silenciados pelas manobras e pelas manipulações dos empreendedores?

No artigo de Eliana M. Granado (antropóloga, Departamento de Engenharia Ambiental de Furnas Centrais Elétricas S.A.), intitulado "Interligando Sistemas Elétricos com Tensões Sociais", nota-se outra subsunção do pensamento e da prática antropológicos. Na lógica empresarial de Furnas, os estudos antropológicos estão subsumidos nos estudos de meio ambiente (:137), e estes, por sua vez, seguem subordinados à racionalidade econômica anteriormente apontada.

Nesta coletânea, o artigo representa uma reflexão mais profunda sobre os impasses e as distorções conceituais, e sobre a cultura empresarial de Furnas. A autora ressalta

> a necessidade de que a comunidade indígena a ser afetada pelo empreendimento tenha um conhecimento prévio, objetivo, claro e abrangente dos principais efeitos do empreendimento em questão, para que possa optar se aceita ou não conviver com (mais) interferência em seu modo de vida" (:158).

Ela propõe isto para mudar a política do fato consumado vigente, isto é, nas palavras de Granado, "a implantação do empreendimento já está determinada e resta saber se há o que mitigar ou compensar e quanto isso vai custar" (:158).

Seu artigo constitui um exercício reflexivo criativo de apropriação da lógica utilitária e capitalista dos empreendedores com vistas a assinalar que é "lucrativo" ou menos "prejudicial" realizar obras e projetos econômicos respeitando os direitos socioambientais vigentes. Neste sentido, a autora não parte da retórica de vitimização dos "atingidos", mas da "experiência vivenciada por uma empresa estatal do Setor Elétrico – Furnas Centrais Elétricas S.A. com a construção de uma linha de transmissão, que passou pelo entorno de duas terras indígenas onde vivem os Guarani, ao sul do município de São Paulo" (:132). Ao relatar a agonia da empresa em levar adiante a implantação de uma linha de transmissão, que ficou conhecida no setor como a

"mais cara linha de transmissão do mundo" em razão das indenizações que se acumularam pelas irregularidades em seu processo de realização, granado afirma que:

> Essa realidade tende a demonstrar que, se levados em consideração em seu devido tempo, no planejamento do empreendimento, todas as condicionantes ambientais, os custos finais, além de poderem ser mais bem aquilatados, certamente serão menores. Tão grave quanto a elevação exponencial dos custos foi o não cumprimento dos prazos de construção de uma obra considerada emergencial, com consequente exposição pública negativa da imagem da empresa (:146).

Por esta avaliação, pode se perceber que a contratação de antropólogos identificados com as preocupações empresariais/gerenciais do setor elétrico é capaz de ser uma importante aquisição para o balanço das despesas decorrentes de seus empreendimentos, em particular, pela capacidade desses antropólogos de pensarem a partir do interior das culturas empresariais de seus empregadores.

O último artigo da coletânea "A UHE Mauá no rio Tibagi (Paraná): Impactos socioambientais e o desafio da participação indígena", de autoria de Cecília Maria Vieira Helm (colaboradora do PPGAS/UFPR), padece de maiores esclarecimentos sobre a participação da autora no caso da UHE Mauá. Apesar de interferências sobre seu papel de consultora (:173, nota 8), a autora não deixa claro qual foi a sua atuação, a não ser mencionar que era coordenadora da equipe de antropologia, nem explicita seus posicionamentos em relação à construção da hidrelétrica. Este último artigo se adequa às imposições da empresa elétrica, que inviabilizam críticas ou análises desabonadoras ao empreendimento.

Seu artigo, nesses termos, consiste em uma espécie de versão reduzida de um "relatório antropológico" cuja finalidade seria "investigar a situação sociocultural dos Kaingang que vivem nas

cinco terras indígenas situadas na Bacia do Rio Tibagi" (:166), mas que se limita a dispor de maneira extremamente sintética informações acerca da organização social dos Kaingang e dos Guarani em diferentes terras indígenas.

Trata-se de um gênero de texto antropológico que promove um reducionismo considerável dos pontos de vista indígenas.[7] Suas afirmações alegam que os Kaingang e os guarani "[...] estão informados sobre os impactos e as consequências sociais e ambientais que a Usina Mauá poderá causar para os indígenas da Bacia do Rio Tibagi" (:185). E também que "[...] os indígenas criaram a expectativa de alcançar um desenvolvimento auto-sustentável que garanta a sobrevivência de todas as famílias que habitam as terras indígenas da Bacia do Rio Tibagi" (:190). Estas afirmações são feitas sem a reprodução dos correspondentes relatos indígenas. Nota-se, nessas passagens, uma substituição dos posicionamentos indígenas pela leitura que faz a antropóloga do suposto posicionamento deles. Helm emprega como "[...] método a observação participante, tradicional da Antropologia" (:185), a fim de validar sua autoridade para interpretar o posicionamento dos indígenas sem recorrer à suas falas.

Estas afirmações revelam outro papel atribuído aos antropólogos na era desenvolvimentalista, qual seja, a de falar pelos índios para as empresas e assim tornar desnecessária, pelo uso unilateral da "observação participante", a criação de mecanismos dialógicos com as populações "atingidas" de avaliação acerca dos empreendimentos que afetarão suas vidas. A "informação" e as "expectativas" dos índios são apresentadas no artigo sem qualquer alusão aos seus contextos de produção e enunciação, ou aos significados culturalmente dados a estas "informações" e "expectativas". Tampouco são considerados pontos de vista eventualmente divergentes ou antagônicos por parte dos membros destas comunidades, o que sugere que a "informação" e as "expectativas" que os índios detêm sobre o empreendimento

configuram dados homogêneos e igualmente partilhados entre seus membros.

Devemos perguntar: Até que ponto, conforme a racionalidade econômica seguida pelas empresas, o tratamento do "ponto de vista indígena" como um todo indiferenciado internamente possibilitaria sua "mitigação" em bloco, dispensando, por exemplo, a indenização a cada família pelos danos causados a suas vidas e aos seus territórios?

Considerações finais

O livro anuncia que um dos seus objetivos seria: "[...] promover a democratização do processo decisório relativo à integração e ao desenvolvimento econômico atualmente em curso no Brasil e no território sul-americano" (:8). Este objetivo encerra o ponto crucial de junção dos trabalhos, qual seja, a tentativa de conciliar discursivamente os impactos deletérios de grandes usinas hidrelétricas, sobretudo nas populações humanas atingidas pelas obras, com os interesses voltados ao desenvolvimento econômico de distintos Estados nacionais. Nesse sentido, o que confere identidade aos textos reunidos no livro é o próprio "jogo de linguagem", originado no paradigma desenvolvimentalista, dos empreendimentos econômicos que acionam uma retórica de "mitigação de impactos" das grandes obras e hidrelétricas por meio da divulgação de informação sobre a própria "realidade" dessas obras.

Colocado de outro modo, isto significa dizer que por mais que almeje à democratização dos processos decisórios relativos ao desenvolvimentismo na América Latina, Integração, Usinas Hidrelétricas e Impactos Socioambientais exclui precisamente aqueles que melhor traduzem a faceta complexa e antidemocrática do poder econômico traduzido por supostos "interesses nacionais".

Observa-se, desse modo, uma lealdade frágil dos autores-colaboradores entre um nacionalismo caduco que visa ao "desenvolvimento econômico do país" e um compromisso com os povos atingidos, em que vence o primeiro. Esta fragilidade repousa na aceitação das usinas hidrelétricas e demais empreendimentos como algo inevitável e irreversível a partir da crença no desenvolvimentismo; este tem favorecido os interesses dos governos nacionais e das grandes empresas, sem abrir lugar para a opinião, a participação e o controle dos povos indígenas, dos quilombolas e de outros povos tradicionais e locais atingidos sobre os rumos destas mesmas obras. E sem questionar as consequências nefastas da construção de grandes usinas hidrelétricas para essas populações e seus sistemas socioambientais.

Como tem sido observado em outros estudos (Viveiros de Castro & Andrade, 1988; Ribeiro 1994), as grandes hidrelétricas, por exemplo, têm reproduzido um modelo de desenvolvimento que aumenta as desigualdades sociais; segundo esse modelo, os governos tratam as hidrelétricas como obras para captar recursos, colocando-as no mercado para as empresas investirem com fins altamente lucrativos. O conjunto de artigos revela aspectos da governamentalidade empresarial (desenvolvimentalismo) que realiza grandes obras de acordo com interesses e agendas de governos particulares e de suas finalidades de autopreservação no poder estatal.

Fica evidente, por um lado, como Estados se constituem num palco de lutas e contradições entre interesses políticos e econômicos e as perspectivas de populações locais, incluindo os povos indígenas. Nesse cenário, é claramente perceptível a resistência das empresas e dos antropólogos de acumularem experiências que gerem ações e práticas mais simétricas e democráticas no que tange à implantação das obras e ao modelo de desenvolvimento econômico nacional.

Uma leitura rápida ou pouco familiarizada com os complexos cenários tratados em Integração, Usinas Hidrelétricas e Impactos

Socioambientais corre o risco de reiterar o "discurso legitimador" que dirigentes e funcionários das empresas elétricas empregam para avalizar os empreendimentos, uma vez que os textos não exploram de forma adequada os problemas decorrentes das usinas hidrelétricas, e a maioria dos autores tampouco explicita o próprio papel e posicionamento (se parcial ou imparcial) na produção de laudos e pareceres antropológicos para diferentes empresas, agências de governo ou de cooperação internacional.

Até o momento, na história da antropologia na América Latina, nunca foi tão pertinente a afirmação de Ramos quando diz: "Practically every ethnologist in Brazil, in one way or another, has some sort of involvement with the destiny of the country's indigenous peoples" (1990:455). Caberá ao leitor inferir da contribuição de cada autor sua adesão ou distanciamento ao "desenvolvimentalismo" das Usinas Hidrelétricas e seu grau de envolvimento no destino das populações com as quais tradicionalmente a disciplina se consolidou.

Notas

[1] Vale reparar que, apesar dos objetivos gerais, o livro apresenta alguns dados imprecisos. Verdum, por exemplo, afirma que "A hidroenergia contribui hoje com 85,4% da energia elétrica produzida no Brasil [...]" (:15), enquanto Nuti apresenta a energia elétrica consumida como resultante de 71% da energia hidráulica (:59). Além disso, há erros em referências bibliográficas: IPARJ, 1988 e Nuti, 1993 (:61) não constam nas referências bibliográficas, como também Bourdieu, 1998 (:152).

[2] Sobre o termo "desenvolvimentismo" existe uma vasta literatura disponível. No que tange ao campo compreendido pelos trabalhos comentados nesta resenha, sugerimos a leitura de Escobar (1995) e Ribeiro (2000, 2007). Para uma crítica filosófica à noção de "desenvolvimentismo" como "uma posição ontológica por meio da qual se pensa o "desenvolvimento", ver Dussel (1991).

[3] Sobre o cenário "pós-imperialista" como horizonte de produção e reprodução de formas geopolíticas do conhecimento, ver Ribeiro (2006).

[4] Ex-UHE Kararaô, cujo projeto foi arquivado em 1989 após o encontro de Altamira, quando se deu uma mobilização internacional de movimentos sociais contra essa obra.

[5] http://www.estadao.com.br/amazonia/destruicao_balbina_a_hidre-letrica_do_caos.htm (Acessado em 08/04/2009).

[6] As imprecisões beiram o absurdo quando emprega expressões esdrúxulas para se referir à população local, como "antigos crioulos de origem portuguesa" (:122), ou quando alega que a família dos índios Avá-canoeiro "nunca foi descoberta e registrada como tal" (idem). Estas afirmações apenas sinalizam a pouca familiaridade do antropólogo com as informações etnográficas disponíveis sobre a região e com a terminologia mais apropriada para descrevê-la.

[7] É curioso notar, neste gênero de escrita antropológica que obras resultantes de grandes projetos adquirem estatuto de acidente geográfico. Por exemplo, na página 168, Helm descreve que a foz do rio Tibagi é o lago da usina hidrelétrica da represa Capivara, "naturalizando", por assim dizer, uma obra de engenharia.

Referências bibliográficas

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto & RUBEN, Guilhermo Raul. *Estilos de antropologia.* Campinas: Editora da Unicam. 1995.

DUSSEL, Enrique. 1492: *El encubrimiento del Otro – Hacia el origen del "mito de la modernidad".* Conferencias de Frankfurt, Octubre 1991. La Paz/Bolívia: Plural Editores. 1991.

ESCOBAR, Arturo. *Encountering Development. The Making and Unmaking of the third World.* Princeton: Princeton University Press. 1995.

RAMOS, Alcida. "Ethnology Brazilian Style". *Cultural anthropology,* 5(4), November, 1990.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *Transnational Capitalism and Hydropolitics in argentina.* Gainesville: University of Florida Press, 1994.

RIBEIRO, Gustavo Lins. "Desenvolvimento sustentável. Nova Ideologia/ Utopia do Desenvolvimento". In: _________. *Cultura e Política no Mundo Contemporâneo.* Brasília: Editora UnB, 2000.

_________. "Pós-Imperialismo, Antropologias Mundiais e a Tensão Provincianismo Metropolitano/ Cosmopolitismo Provinciano". In: Eckert, Cornelia & Godoi, Emília Pietrafesa de (orgs.). *Homenagens. Associação Brasileira de Antropologia 50 anos.* Blumenau: Nova Letra, 2006. v., pp. 107-113.

_________. "Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento". In: Silva, Kelly Cristiane da & Simião, Daniel Schroeter (orgs.). *Timor-Leste por trás do palco. Cooperação internacional e a dialética da formação do Estado.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. pp. 275-299

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo & ANDRADE, Lúcia. "Hidrelétricas do Xingu: O Estado contra as Sociedades Indígenas". In: Santos, Leinad Ayer O. & Andrade, Lúcia M. M. de (orgs.). *As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas.* São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988. pp. 07-23.